



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA - CEPLAC
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE RONDÔNIA - SUERO

CONTRATO CEPLAC/SUERO Nº 002/2012

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE,
ENTRE SI, FAZEM A UNIÃO FEDERAL, ATRAVÉS DA
CEPLAC/SUERO E A EMPRESA W. A. P. DE OLIVEIRA
& CIA LTDA, NA FORMA ABAIXO:

A União, através da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC, órgão específico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, nos termos do Decreto nº 7.127 de 04/03/2010, com sede em Brasília-DF, Rua "G" Sudoeste, Campus do INMET/CRUZEIRO, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.396.895/0088-86, neste ato representada pelo seu Superintendente no Estado de Rondônia, Sr. Francisco das Chagas Rodrigues Sobrinho, portador da Carteira de Identidade de nº 486.800, expedida pela SSP/CE, CPF de nº 042.367.183-91, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria MAPA nº 120, de 18/03/2003, publicada no Diário Oficial da União de 20.03/2003, doravante designada CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa W. A. P. DE OLIVEIRA & CIA LTDA, situada à Rua Padre Chiquinho nº 515-A - Bairro: Panair, em Porto Velho (RO), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.927.661/0001-10, que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representada por seu Representante Legal Sra. Welita Aline Pereira de Oliveira, portador da carteira de Identidade nº 653.878-SSP/RO, e CPF de nº 643.910.512-49, doravante denominada CONTRATADA, de acordo com o constante no Processo nº 21079.000281/2011-28, referente ao Processo de Pregão Eletrônico CEPLAC/SUERO Nº 009/2011, resolvem celebrar o presente Contrato, em conformidade com Lei nº 10.520/2002; do Decreto nº 5.450/2005; da Lei nº 8.666/1993, da Lei Complementar nº 123/2006; do Decreto nº 6.204/2007; do Decreto nº 3.722/2001; do Decreto nº 2.271/1997; e da Instrução Normativa SLT/MPOG nº 02/2008, e demais disposições legais pertinentes e, ainda, pelo estabelecido no presente edital e seus Anexos, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1 O presente Contrato tem como objeto a prestação de serviços continuados de Limpeza, asseio e Conservação predial, de Área Interna/Normal, com fornecimento de materiais e equipamentos, considerando a produtividade de 600 m², para uma jornada de 08:0h diárias de segunda a sexta feira, e piso salarial definidos por Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho da categoria, e com os termos do Edital de Pregão Eletrônico CEPLAC/SUERO nº 009/2011 e da proposta e respectivas planilhas de custos, apresentada pela CONTRATADA, que ficam fazendo parte deste instrumento, independentemente de transcrição, para atender as necessidades das Unidades Administrativas da CEPLAC/SUERO, abaixo relacionadas:

ote	Item	Descrição da Área	Unidade e Medida	Qtde (m²)		Unidade Execução Serviços
				Área Real	Área Cotada (A) ¹	
1	1	Interna Normal Produtividade e 600m²	m²	145,00	600,00	CEPLAC/SUERO - Escritório Local de Buntis/RO - Rua Barreto, 1651 - Setor 2 - Fone: (69) 3238-2326
	2	Interna Normal Produtividade e 600m²	m²	135,00	600,00	CEPLAC/SUERO - Escritório Local de Machadinho/RO - Av. Castelo Branco, 3601-Centro - Fone: (69) 3581-2507.
	3	Interna Normal Produtividade e 600m²	m²	135,00	600,00	CEPLAC/SUERO - Escritório Local de Mirante da Serra/RO - Rua Castelo Branco, s/nº - Centro - Fone: (69) 3463-2454.
	4	Interna Normal Produtividade e 600m²	m²	1.200,00	1.200,00	CEPLAC/SUERO - Estação de Pesquisa em Ouro Preto Do Oeste/RO - BR-364, Km. 325-Zona Rural - Fone: (69) 3461-2018.
	5	Interna Normal Produtividade e 600m²	m²	460,00	600,00	CEPLAC/SUERO -Escritório Local de Jarú/RO - Rua Rio de Janeiro, 3051-Centro - (69) 3521-2891.
	6	Interna Normal Produtividade e 600m²	m²	135,00	600,00	CEPLAC/SUERO -Escritório Local de Colorado Do Oeste/RO - Av. Paulo Assis Ribeiro, 4024-Centro - Fone: (69) 3341-2592.
Totais				2.210,00	4.200,00	

(1) Considerando que a ÁREA INTERNA a ser limpa, é MENOR que 600 m², com exceção do item 4, acima, adotou-se a produtividade prevista no Art. 45 da IN SLT/MPOG nº. 02/2008.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 A contratação dos serviços continuados, objeto deste Contrato, tem amparo na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002; do Decreto nº 2.271, de 07/07/1997; do Decreto nº 3.555, de 08/08/2000 e da Instrução Normativa nº 02/2008, de 30/04/2008 e suas alterações posteriores, aplicando-se subsidiariamente, as normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA CATEGORIA FUNCIONAL

3.1 Os serviços de que trata o objeto da licitação, serão executados pelas categorias funcionais abaixo relacionadas:

3.1.1 SERVENTE:

Perfil Exigido:

a) Ter leitura;

a)

b) Experiência mínima de 03 (três) meses;

c) Ter noções de segurança e conhecimento no manuseio de produtos de limpeza e higiene;

3.2 Todos os empregados deverão, diariamente, apresentar-se uniformizados e limpos. Não serão aceitos ao serviço empregados que se apresentarem sem uniforme ou com uniforme incompleto, salvo por motivo justificado e aceito pelo fiscal do Contrato. Não serão aceitas como justificativa a simples dificuldade de lavar ou consertar o uniforme, ou motivo similar.

CLÁUSULA QUARTA - DO SALÁRIO DOS PROFISSIONAIS

4.1 Os salários dos profissionais, bem como os demais benefícios, não poderão ser inferiores aos estabelecidos em Convenção Coletiva de Trabalho ou Acordo Coletivo de Trabalho do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Terceirização em Geral e Prestação de Serviços do estado de Rondônia e Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Limpeza Pública e Locação de Mão de Obra do Estado de Rondônia, na data da apresentação da Proposta de Preços.

CLÁUSULA QUINTA - DA QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS

5.1 Com vistas à prestação dos serviços constantes do objeto, a CONTRATADA deverá dispor de mão-de-obra qualificada para atender o perfil dos serviços de acordo com a legislação trabalhista, obedecidas, também, outras disposições estabelecidas em Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, celebrado entre as entidades sindicais patronal e laboral, homologados na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego/SRTE/RO.

CLÁUSULA SEXTA - DA JORNADA DE TRABALHO

6.1 Os serviços continuados de Limpeza, asseio e Conservação predial, de Área Interna/Normal, deverão ser executados entre 08 (oito) e 18 (dezoito) horas, de segunda a sexta-feira, cumprindo cada empregado um turno normal de 8 (oito) horas, totalizando uma jornada semanal de 40 (quarenta) horas.

6.2 As horas excedentes às inicialmente contratadas são vedadas; excepcionalmente, se houver, poderão ser compensadas em regime de folga, banco de horas.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DA DEMANDA

7.1 A prestação dos serviços objeto deste Contrato ocorrerão nas dependências das Unidades da CEPLAC/SUERO, nas localidades de Colorado Do Oeste/Ouro Preto do Oeste/Mirante da Serra/Jarú/Buritiz/Machadinho do Oeste, no Estado de Rondônia, conforme quadro abaixo:

MUNICÍPIO	ENDEREÇO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS	DEMANDA
Colorado Do Oeste	CEPLAC/SUERO -Escritório Local de Colorado Do Oeste/RO - Av. Paulo Assis Ribeiro, 4024 Centro - Fone: (69) 3341-2592.	Prédio térreo em alvenaria com 135,00 m² de Área Interna, com recepção, 5 salas, auditório, circulação, copa/cozinha e 3 sanitários.
Ouro Preto Do Oeste	CEPLAC/SUERO - Estação de Pesquisa em Ouro Preto Do Oeste/RO - BR-364, Km. 325	Prédio 1: com área total de 260,00 m², com recepção, 9 salas, 2 banheiros coletivos; Prédio 2: com área total de 340,00 m², com 8

	Zona Rural - Fone: (69) 3461-2018.	salas, 01 despensa, 2 corredores, 2 banheiros coletivos; Prédio 3: com área total de 260,00 m², com 4 salas e 1 banheiro coletivo; e Prédio 4: com área total de 340,00 m², com garagem e almoxarifado.
Mirante da Serra	CEPLAC/SUERO - Escritório Local de Mirante da Serra/RO - Rua Castelo Branco, s/nº - Centro - Fone: (69) 3463-2454.	Prédio térreo em alvenaria com 135,00 m² de Área Interna, com recepção, 5 salas, auditório, circulação, copa/cozinha e 3 sanitários.
Jarú	CEPLAC/SUERO - Escritório Local de Jarú/RO - Rua Rio de Janeiro, 3051-Centro - (69) 3521-2891.	Prédio térreo em alvenaria com 460,00 m² de área interna, com recepção, 6 salas, circulação, copa/cozinha e 2 sanitários.
Buritis - RO	CEPLAC/SUERO - Escritório Local de Buritis/RO - Rua Barreto, 1651 - Setor 2 - Fone: (69) 3238-2326	Prédio térreo em alvenaria com 145,00 m² de área interna, com recepção, 5 salas, auditório, circulação, copa/cozinha, e 3 sanitários.
Machadinho Do Oeste	CEPLAC/SUERO - Escritório Local de Machadinho/RO - Av. Castelo Branco, 3601-Centro - Fone: (69) 3581-2507.	Prédio térreo em alvenaria com 135,00 m² de área interna, com recepção, 5 salas, auditório, circulação, copa/cozinha e 3 sanitários.

CLÁUSULA OITAVA - DOS UNIFORMES

8.1 A CONTRATADA deverá fornecer, de 6 (seis) em 6 (seis) meses, aos prestadores de serviço, na categoria de Servente, uniforme conforme a descrição abaixo, submetendo previamente à aprovação do CONTRATANTE, sendo os primeiros entregues quando do início do Contrato, resguardado o direito do CONTRATANTE exigir, a qualquer momento, a substituição daqueles que não atendam às condições mínimas de apresentação.

CATEGORIA PROFISSIONAL	TIPO DE UNIFORME	UNIDADE	QTDE SEMESTRAL (por servente)
Servente	Camiseta tradicional, uniforme, manga curta, em malha PV (malha fria), cor verde ou azul.	Un	02
	Calça , feminina ou masculina, brim, com elástico, 2 bolsos na frente, uniforme, na cor verde ou azul	Un	02
	Botina de segurança , confeccionada totalmente em vaqueta de alta qualidade na cor preta com curtimento atravessado, dorso acolchoado com espuma látex, costuras reforçadas.	Par	01

ou desgastes, independente do prazo para a CEPLAC/SUFRO ou para os

8.3 Não repassar aos funcionários, em hipótese alguma, os custos de qualquer um dos itens de uniformes.

8.4 Os uniformes serão obrigatoriamente usados pelos empregados da CONTRATADA que forem desempenhar suas atividades nas unidades da CEPLAC/SUERO, indicadas no subitem 8.12, cabendo à CONTRATADA, a observância quanto ao cumprimento diário desta exigência.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1 Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 8.666/93, são obrigações da Contratante:

- a) Exercer a fiscalização do contrato por servidores especialmente designados e documentar as ocorrências havidas;
- b) Proporcionar ao Contratado as condições necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente o objeto do contrato;
- c) Prestar aos funcionários do Contratado todas as informações e esclarecimentos necessários ao cumprimento do objeto contratado;
- d) Efetuar os pagamentos devidos, após ateste dos fiscais de contrato;
- e) Comunicar formalmente ao Contratado, através de correspondências ou aditivos contratuais, sempre que houver alterações e informações que possam modificar itens do contrato originalmente avençados;
- f) Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial quanto à aplicação de sanções e alterações;
- g) Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- h) Acompanhar o cumprimento das obrigações trabalhistas e recolhimento de encargos sociais; e
- i) Não direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PROIBIÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 À Administração é proibido:

I - Fixar os benefícios, ou valores, a serem concedidos pela contratada aos seus empregados, devendo adotar os benefícios e valores previstos em acordo, dissídio ou convenção coletiva, como mínimo obrigatório, quando houver;

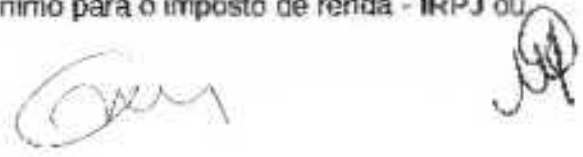
II - Fixar exigências de fornecimento de bens ou serviços não pertinentes ao objeto a ser contratado sem que exista uma justificativa técnica que comprove a vantagem para a Administração;

III - Fixar obrigação do contratante de ressarcir as despesas de hospedagem e transporte dos trabalhadores da contratada designados para realizar serviços em unidades fora da localidade habitual da prestação dos serviços que não estejam previstos nem orçados no contrato;

IV - Fixar os quantitativos ou valores mínimos para custos variáveis decorrentes de eventos futuros e imprevisíveis, tais como o quantitativo de vale transporte a ser fornecido pela eventual contratada aos seus trabalhadores, ficando a contratada com a responsabilidade de prover o quantitativo que for necessário.

V - Fazer ingerências na formação de preços privados, por meio da proibição de inserção de custos ou exigência de custos mínimos que não estejam diretamente relacionados à exequibilidade dos serviços e materiais ou decorram de encargos legais, tais como:

- a) - Impedir que as empresas incluam nos seus custos tributos ditos diretos, o que não encontra respaldo legal;
- b) - impedir que a empresa venha a estabelecer em sua planilha custo relativo à reserva técnica;
- c) - exigir custo mínimo para a reserva técnica, lucro ou despesa administrativa;
- d) - exigir custo mínimo para tributos ou encargos sociais variáveis que não estejam expressamente exigidos em Lei, tais como exigir custo mínimo para o imposto de renda - IRPJ ou



para a contribuição sobre o lucro líquido – CSLL.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

11.1 A Contratada, além das obrigações resultantes da aplicação da Lei nº 8.666/93 e demais normas pertinentes e do cumprimento das exigências constantes deste Termo de Referência, obriga-se a:

11.1.1 Apresentação dos seguintes documentos:

I. No Início da Prestação dos Serviços:

- a) Contrato de trabalho;
- b) Regulamento Interno do Contratado (se houver);
- c) Registro de Empregados;
- d) Carteiras de Trabalho e Previdência Social – CTPS;
- e) Atestado de Saúde Ocupacional – ASO – admissional;
- f) Comprovação do Cadastro do empregado no regime do PIS/PASEP;
- g) Declaração de opção pelo Vale Transporte;
- h) Atestado de antecedentes civil e criminal nas esferas estadual e federal;
- i) Comprovação de seguro de vida em grupo (se houver);
- j) Pagamento do 13º salário;
- k) Realização de exames admissionais e demissionais e periódicos, quando for o caso;
- l) Cumprimento das obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho;
- m) Cópia do controle de ponto dos empregados, por folha de ponto, por ponto eletrônico ou por outro meio que não seja padronizado, em consonância com a Súmula nº 338/TST
- n) Cumprimento das demais obrigações dispostas na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) em relação aos empregados vinculados ao Contrato.

II. Mensalmente, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, e a qualquer momento, por solicitação do Fiscal do Contrato:

- a) Prova de regularidade para com a Seguridade Social, conforme dispõe o art. 195, § 3º da Constituição Federal, sob pena de rescisão contratual;
 - a.1) Cópia do protocolo de envio de arquivos, emitido pela Conectividade Social (GFIP);
 - a.2) Cópia do Comprovante de Declaração à Previdência;
 - a.3) Cópia da Guia da Previdência Social - GPS, com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou do comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela Internet;
 - a.4) Cópia da relação dos trabalhadores constantes do arquivo SEFIP (RE).
- b) Recolhimento do FGTS, referente ao mês anterior, caso a Administração não esteja realizando os depósitos diretamente, conforme estabelecido no instrumento convocatório;
 - b.1) Cópia do protocolo de envio de arquivos, emitido pela Conectividade Social (GFIP);
 - b.2) Cópia da Guia de Recolhimento do FGTS (GRF) com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou do comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela Internet;
 - b.3) Cópia da relação dos trabalhadores constantes do arquivo SEFIP (RE).
- c) Folha de pagamento de salários do mês anterior;
- d) Recibo/comprovante de pagamento de salários do mês anterior;
- e) Recibo/comprovante de fornecimento de vale transporte e auxílio alimentação, quando cabível;
- f) Recibo/comprovante de entrega de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, quando cabível;
- g) Concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da lei;



h) comprovação do encaminhamento ao Ministério do Trabalho e Emprego das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como: a RAIS e a CAGED;

i) Cópia do controle de ponto dos empregados, por folha de ponto, por ponto eletrônico ou por outro meio que não seja padronizado, em consonância com a Súmula nº 338/TST,

III . Anualmente:



- a) Recibo/comprovante do pagamento referente às parcelas do 13º salário;
- b) Recibo/comprovante do aviso e do pagamento de férias;
- c) Comprovação de recolhimento das contribuições sindicais;
- d) Relação Anual de Informações Sociais – RAIS.

IV. Em outras épocas:

- a) Todos os documentos apresentados no início da prestação dos serviços, deverão ser reapresentados para os casos de substituição;
- b) Comprovação, quando da rescisão contratual, do pagamento das verbas rescisórias ou de que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho; até que ocorra tal comprovação, a Administração reterá a Garantia prestada;
- c) Comprovação de eventuais cursos de treinamento e reciclagem, quando exigidos por lei;
- d) Convenções, Acordos ou Sentenças Normativas;
- e) Atestado de Saúde Ocupacional Periódico – ASO;
- f) Atestado de Saúde Ocupacional – ASO, nos casos de retorno/alteração de função;
- g) Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho - TRCT, com homologação;
- h) Aviso Prévio / Pedido de Demissão;
- i) Recibo de Entrega de Comunicação de Dispensa - CD e do Requerimento do Seguro Desemprego;
- j) Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS e da Contribuição Sindical - GRFC;
- l) Atestado de Saúde Ocupacional Demissional - ASO.
- m) Cópia das Carteiras de Trabalho e Previdência Social - CTPS para verificação das devidas anotações, conforme a solicitação da fiscalização do Contrato.

11.2 Execução dos Serviços e Orientações - A contratada, além do fornecimento da mão-de-obra, obriga-se a:

- a) Implantar, dentro de no máximo 5 (cinco) dias após o recebimento da autorização de início dos serviços, a mão-de-obra para execução dos serviços nos locais e nos horários fixados na escala de serviço elaborada pela CONTRATANTE, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir o posto conforme o estabelecido;
- b) Fornecer uniformes em um só padrão e seus complementos à mão-de-obra envolvida, de acordo com o clima da região e com o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho. Os custos dos uniformes e equipamentos não poderão ser repassados a seus funcionários e deverão ser substituídos no prazo estabelecido pelas convenções coletivas das respectivas categorias, ou, na ausência delas, a cada 06 (seis) meses, ou ainda, em prazo menor quando a fiscalização do contrato, justificadamente, assim o exigir;
- c) Manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para reposição imediata nos casos de faltas, inclusive para atender eventuais acréscimos solicitados pela Contratante, bem como, impedir que o empregado que cometer falta disciplinar qualificada como de natureza grave, seja mantido ou retorne a atividade nos imóveis da Contratante. As faltas não repostas, sejam quais forem os períodos ou motivos, serão abatidas do valor pago mensalmente, independente de outras penalidades contratuais. O cálculo para desconto das faltas será conforme item abaixo.
- d) Em caso de falta ou não prestação dos serviços, será aplicado desconto, considerando o número de dias em que o serviço deixou de ser prestado.
- e) Substituir em 24 horas, sempre que exigido pela Administração e independentemente de qualquer justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou



comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da Contratante ou ao interesse do Serviço Público, ou ainda entendida como inadequada para prestação dos serviços.

f) Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando elementos portadores de atestados de boa conduta e demais referências, atestado médico comprovando sua sanidade física e mental e atestado de antecedentes criminais atualizados, os quais ficarão de posse da contratada, com cópia autenticada junto aos arquivos da contratante, tendo ainda funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho.

g) Fornecer mão-de-obra capacitada, com idade não inferior a 18 anos, para a perfeita execução dos serviços continuados para os Postos objeto deste Contrato. Os profissionais deverão ser devidamente capacitados, obedecendo aos requisitos da Administração quanto à jornada, tarefas a serem executadas, requisitos mínimos, de acordo com o presente Termo de Referência.

h) Garantir a prestação dos serviços mesmo em estado de greve da categoria, através de esquema de emergência.

i) Não será admitida prestação de serviços que implique em horas extras e/ou adicionais noturnos, salvo casos especiais, à conveniência da CONTRATANTE, e desde que previstos na planilha de custos.

j) Manter os funcionários identificados com crachá, a cargo da CONTRATADA, que deverá conter foto, nome completo, empresa prestadora e posto, bem como instruí-los a apresentar-se ao trabalho obedecendo às regras de higiene e asseio.

l) Manter sediado junto à Administração durante os turnos de trabalho, elementos capazes de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos.

m) Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma metódica e constante, mantendo sempre em perfeita ordem, todas as dependências objeto dos serviços.

n) Elaborar um plano de férias, em até 30 dias após o início da vigência do contrato, onde constará o nome do funcionário, o posto que ocupa e a data prevista para início e término de suas férias. Ressalta-se que o substituto deverá se apresentar durante os cinco dias úteis que antecedem o gozo das férias, para que as informações referentes ao desempenho da atividade sejam repassadas, e que os custos relativos a estes dias deverão estar incluídos na reserva técnica. Em caso de modificação das datas previstas, as mesmas deverão ser informadas, com antecedência mínima de 10 dias, devidamente justificadas, por escrito, sendo atualizado o plano de férias.

o) Orientar seus empregados de que não poderão se retirar dos prédios ou instalações da Contratada, portando volumes ou objetos, sem a devida autorização da Contratante e liberação no posto de vigilância da mesma.

p) Manter vínculo empregatício com os seus empregados, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas, além de seguros e indenizações, taxas e tributos pertinentes, bem como por quaisquer acidentes e mal súbito de que possam ser vítimas, quando em serviço, na forma como a expressão é considerada nos artigos 3º e 6º do Regulamento do Seguro de Acidentes de Trabalho, aprovado pelo Decreto nº 61.784, de 28.11.67. A inadiplência do Contratado para com estes encargos, não transfere à Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato.

q) Fornecer aos seus empregados vale transporte, e outros benefícios e vantagens previstos na legislação e acordo ou convenção ou dissídio coletiva de trabalho.

r) Os salários para cada categoria deverão ter como piso o resultado do acordo ou convenção ou dissídio coletiva de trabalho, entre o sindicato patronal e de trabalhadores.

s) O Vale Alimentação deverá obedecer aos valores acordados no acordo ou convenção ou dissídio coletiva de trabalho.

t) Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.

u) Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela Administração.

v) Fornecer aos seus empregados vale transporte, e outros benefícios e vantagens previstos na legislação e acordo ou convenção ou dissídio coletiva de trabalho.

- x) Os salários para cada categoria deverão ter como piso o resultado do acordo ou convenção ou dissídio coletiva de trabalho, entre o sindicato patronal e de trabalhadores.
- z) Prever toda a mão-de-obra necessária para garantir a operação dos Postos, nos regimes contratados, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente.
- aa) Não contratar empregados, após a data da licitação e para executar os serviços contratados, ligados por laços de parentesco até o 3º grau a servidores do CONTRATANTE, ativos ou aposentados há menos de 5 (cinco) anos.
- bb) Respeitar as estabilidade provisórias de seus empregados (cipeiro, gestante, estabilidade acidentária).
- cc) Efetuar o pagamento de seus funcionários, através de rede bancária, nas respectivas cidades de execução dos serviços, a fim de evitar interrupções na prestação dos serviços.
- dd) Manter atualizado o seu cadastro no SICAF.
- ee) Executar os serviços nos novos endereços, em caso de mudança de sede das unidades administrativas do CONTRATANTE, desde que localizadas nos mesmos municípios; no caso de mudança de município, os serviços poderão ser prestados por meio de negociação entre as partes.
- ff) Cumprir horários e periodicidade para a execução dos serviços fixados pela Administração, segundo suas conveniências e em consonância com a Fiscalização do Contrato.
- gg) Arcar com todos os custos necessários à completa execução dos serviços.
- hh) Relatar à Fiscalização do Contrato toda e qualquer irregularidade observada nas instalações onde houver prestação dos serviços.
- ii) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do presente Contrato, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.
- jj) Repor, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, qualquer objeto do CONTRATANTE e/ou de terceiros que tenha sido danificado ou extraviado por seus empregados.
- ll) Ressarcir o valor correspondente aos danos causados em bens de propriedade do CONTRATANTE ou de terceiros, o qual será calculado de acordo com o preço de mercado.
- mm) Atender prontamente as exigências da Administração inerentes ao objeto do Contrato.
- nn) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto do presente Contrato, até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado.
- oo) Cumprir e fazer cumprir as Normas de Segurança e Medicina do Trabalho emitidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego e outros órgãos competentes.
- pp) Fornecer e exigir o uso de Equipamentos de Proteção Individual – EPI's – e difundir normas e procedimentos de segurança relativos a cada tipo de serviço, conforme o caso.
- qq) Providenciar, as suas expensas, o encaminhamento e o tratamento médico aos seus empregados designados à execução dos serviços contratados, em caso de doença, acidente de trabalho ou quaisquer outros acontecimentos desta natureza.
- vv) Responder civil e penalmente, por quaisquer danos ocasionados à Administração e seu patrimônio e/ou a terceiros, dolosa ou culposamente, em razão de ação ou de omissão da CONTRATADA ou de quem em seu nome agir.
- xx) Assumir as despesas que incidiram ou venham a incidir sobre o Contrato, com exceção da publicação de seu extrato e dos Termos Aditivos pertinentes no Diário Oficial da União, cuja publicação será providenciada pela Administração.
- zz) Exercer as suas atribuições em perfeita consonância com as disposições normativas do Contratante, sob pena de se constituir em inadimplência contratual.
- aaa) Nomear empregado (Preposto) para orientar a execução dos serviços, bem como manter contato com o Fiscal do Contrato, solicitando as providências que se fizerem necessárias ao bom cumprimento de suas obrigações, recebendo as reclamações daquela e, por consequência, tomando todas as medidas cabíveis para a solução das falhas detectadas, conforme art. 68 da Lei nº 8.666/93.

11.2.1 O preposto será responsável por:

- a) Garantir o cumprimento das atividades, de acordo com as diretrizes estabelecidas para sua realização;



b) Cumprir e fazer cumprir as diretrizes da contratante, segundo determinação do Fiscal de Contrato, dentro dos limites do contrato;

c) Reportar-se ao Fiscal de Contrato quando necessário, adotando as providências pertinentes para a correção das falhas detectadas;

d) Receber as observações do Fiscal de Contrato, relativamente ao desempenho das atividades, e identificar as necessidades de treinamento e adequação da mão-de-obra;

e) Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma metódica e constante, mantendo sempre em perfeita ordem todas as dependências objeto dos serviços;

f) Fazer com que os usuários dos serviços recebam tratamento adequado, respeitoso e atencioso;

g) Instruir a mão-de-obra quanto à necessidade de acatar as orientações do preposto, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho;

h) Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas;

i) Inspeccionar os postos através de supervisores, no mínimo quinzenalmente, apresentando agenda anual de visitas;

j) Providenciar e manter permanentemente atualizado, um Livro de Ocorrências composto de duas partes com as seguintes finalidades:

j.1) na primeira parte serão obrigatoriamente registradas pela contratada, as ocorrências observadas na execução dos serviços, as respostas às consultas formuladas pela Contratante e as soluções adotadas quanto às determinações recebidas;

j.2) na segunda parte serão obrigatoriamente registrados pela contratante, as orientações dadas, as respostas às consultas formuladas pela contratada, o juízo formal sobre o andamento dos serviços, a qualidade da execução e as suas determinações.

k) Fornecer número telefônico fixo ou móvel, fax e e-mail, objetivando a comunicação rápida no que tange aos serviços contratados.

l) Orientar e instruir os seus empregados, quanto:

l.1) Prevenção de incêndios nas áreas da Administração;

l.2) Necessidade do Preposto acatar as orientações do CONTRATANTE, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho;

l.3) Relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade observada nos Postos das instalações onde houver prestação dos serviços;

l.4) Informar seus empregados da proibição de retirarem-se dos prédios ou instalações do CONTRATANTE portando volumes ou objetos, sem a devida autorização da Fiscalização do Contrato;

l.5) Observar, cumprir e fazer cumprir as orientações operacionais e administrativas emanadas do órgão competente visando a conveniência e o bom andamento do serviço;

l.6) Cumprir rigorosamente as escalas de serviço;



l.7) Dar ciência ao Fiscal do Contrato de todas as ocorrências no serviço;

l.8) Preencher documentos relacionados com os serviços sob sua responsabilidade;

l.9) Zelar pela preservação do patrimônio do CONTRATANTE;

l.10) Colaborar na prevenção e combate a incêndio;

l.11) Cumprir as normas e procedimentos vigentes no âmbito do CONTRATANTE;

l.12) Executar outras tarefas correlatas da mesma natureza e nível de complexidade, relacionadas às atividades;

l.13) Permanecer em seu local de trabalho no período determinado, somente ausentando-se quando autorizado pelo preposto ou em caso de emergência, comunicar o fato assim que possível a quem tenha qualidade para o recebimento de tal comunicação;

l.14) Exigir sempre a transmissão clara e precisa das ordens de serviço;

l.15) Portar crachá de identificação de acordo com as normas estabelecidas pelo CONTRATANTE;

l.16) Conduzir-se com urbanidade e educação, tratando a todos com respeito, procurando atender ao público e aos servidores do CONTRATANTE com atenção e presteza;

l.17) Usar o telefone somente a serviço, não realizando interurbanos e nem aceitando ligações a cobrar;

l.18) Manter-se com boa apresentação e higiene no trabalho, mantendo postura compatível com as atividades de segurança;

l.19) Manter a devida discrição e comportamento reservado a respeito das atividades de seu posto de trabalho;

l.20) Assumir o posto no horário regulamentar já uniformizado e de posse dos acessórios e equipamentos necessários para o desempenho de suas atribuições;

l.21) Adentrar as áreas restritas somente em caso de emergência ou quando devidamente autorizado;



l.22) Não abordar autoridades ou empregados de outras áreas, para tratar de assuntos particulares ou de serviço;

l.23) Promover o recolhimento de quaisquer objetos e/ou valores encontrados nas dependências do CONTRATANTE ou nas suas imediações, providenciando, de imediato, a remessa desses bens à Administração.

m) Não contratar empregado para prestar serviços para a Contratante que seja familiar de agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança na Contratante, em conformidade com o disposto no artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 4 de junho de 2010.

m.1) Considera-se familiar o cônjuge, ou companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau.

11.2.2 **Responsabilidades Fiscais - Além das responsabilidades acima descritas**



para a execução dos serviços será necessário:

a) Responsabilizar-se, em relação a seus empregados, por todas as despesas decorrentes da prestação dos serviços, tais como: encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas, salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vales-refeição, vales-transporte, adicional de periculosidade (se for o caso), uniformes, materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços.

11.2.3 Correrão por conta do CONTRATADO todas as despesas que incidirem ou venham a incidir sobre o presente Contrato.

11.2.4 O CONTRATADO se obriga a manter, durante toda a execução do Contrato, as mesmas condições de Habilitação, sob pena de considerar-se descumprimento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PREDIAL

12.1 Os serviços de limpeza e conservação predial, são aqueles descritos na cláusula 11 Anexo I - Termo de Referência

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA MÃO-DE-OBRA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

13.1 Os empregados da CONTRATADA, destinados à prestação do serviço terceirizado deverão ter as qualificações mínimas, em termos de escolaridade, experiência ou de conhecimento para a realização das suas atribuições, a seguir demonstradas:

Servente:

- a) Ter leitura;
- b) Experiência mínima de 03 (três) meses;
- c) Ter noções de segurança e conhecimento no manuseio de produtos de limpeza e higiene;

12.2 Todos os empregados deverão, diariamente, apresentar-se uniformizados e limpos. Não serão aceitos ao serviço empregados que se apresentarem sem uniforme ou com uniforme incompleto, salvo por motivo justificado e aceito pelo fiscal do Contrato. Não serão aceitas como justificativa a simples dificuldade de lavar ou consertar o uniforme, ou motivo similar.

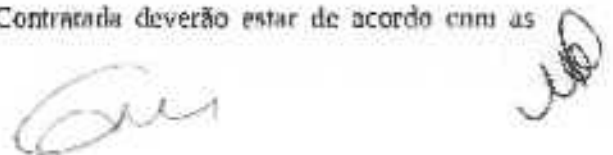
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

14.1. A Contratada disponibilizará ao seu quadro de funcionários os equipamentos e/ou materiais de proteção individual discriminados a seguir, sem prejuízo à disponibilização dos demais itens de segurança exigidos pela legislação em vigor, na forma regulamentada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, NR nº 06 ou outra que vier a atualizá-la ou substituí-la:

- a) Luva de segurança à base de borracha natural;
- b) Calçado de segurança em borracha/PU/PVC;
- c) Máscara contra poeira

14.2. De acordo com as características do trabalho a ser desenvolvido, mesmo que eventualmente, serão ainda fornecidos a todos os funcionários envolvidos, os equipamentos de segurança necessários, destacados, mas não limitados aos listados no Quadro abaixo:

14.3. Todos os equipamentos de proteção fornecidos pela Contratada deverão estar de acordo com as



normas da ABNT e testados pelo INMETRO.

14.4. Relação dos equipamentos de proteção e segurança:

ITEM	EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA
01	Máscara de pano *
02	Calçado, segurança *
03	Sinalizador indicativo de piso molhado

* O item 01 (máscara, pano), está incluso na relação constante da Cláusula 14, Anexo I - Termo de Referência; o custo do item 02 (calçado, segurança), está incluso no custo do uniforme, de acordo com a Cláusula 6, Anexo I - Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS MATERIAIS E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO E LIMPEZA

15.1 Os materiais e produtos de higiene e limpeza, são aqueles descritos na cláusula 14, Anexo I - Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1 As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação, correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União, para o exercício de 2011, Programa de Trabalho: GapCeplac/Difutec, Elemento de Despesas 339037-Locação de Mão de Obra.

16.2 Para atender às despesas do presente Contrato foi emitida a Nota de Empenho nº 2012NE800002, datada de 18/01./2012, no valor de R\$ 11.896,80 (onze mil, oitocentos e noventa e seis reais e oitenta centavos), sem prejuízo da emissão de reforços ou anulações em razão da disponibilidade orçamentária ou em decorrência de alterações no Programa de Trabalho ou, ainda, novas determinações legais.

16.3 Nos exercícios subsequentes, as despesas correrão à conta de dotações orçamentárias que lhe forem destinadas, indicando-se, o crédito e empenho para sua cobertura.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO VALOR DO SERVIÇO

17.1 O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pela execução dos serviços prestados, compreendendo serviços continuados de limpeza e conservação predial nas dependências das unidades da CEPLAC/SUERO em: Colorado Do Oeste/Mirante da Serra/Ouro preto Do Oeste/Jarú/Buritiz/Machadinho do Oeste, o valor mensal de R\$ 11.896,80 (onze mil, oitocentos e noventa e seis reais e oitenta centavos), e valor global pelo período de 12 (doze) meses de R\$ 142.761,60 (cento e quarenta e dois mil, setecentos e sessenta e um reais e sessenta centavos), conforme planilhas de custos e formação, parte integrante deste processo.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO PAGAMENTO

18.1 O pagamento pelos serviços efetivamente prestados será feito pela Unidade Administrativa Contratante, em moeda corrente nacional, mediante Ordem Bancária em conta corrente indicada pela Contratada ou por meio de Ordem Bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas nesta Edital, e ocorrerá até o 5º (quinto) dia útil após a data do devido ateste pela Fiscalização do Contrato.

18.1.1 O ateste pelos serviços efetivamente prestados deverá ser efetuado pela fiscalização do

contrato em até 2 (dois) dias úteis após a apresentação da totalidade dos documentos de cobrança previstos.

18.2 Não poderá ser imposta qualquer espécie de encargos moratórios por demora do recebimento do valor da fatura que ultrapassar a data de vencimento, após a data da referida Ordem Bancária, se a mesma foi emitida tempestivamente.

18.3 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ indicado na proposta de preços e nos documentos de habilitação, bem como na Nota de Empenho.

18.4 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada das seguintes comprovações:

I - do pagamento da remuneração e das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, na forma do § 4º do Art. 31 da Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995.

II - da regularidade fiscal, constatada através de consulta "on-line" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei 8.666/93; e

III - do cumprimento das obrigações trabalhistas, correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela Administração.

18.5 O Contratado deverá manter, durante a execução do contrato, situação regular perante o FGTS, o INSS e as Fazendas Municipal, Estadual e Federal, apresentando certidões renovadas quando do vencimento das anteriores.

18.6 Antes da liberação do pagamento, a regularidade fiscal da empresa será consultada junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF. Sempre que houver certidões com validade expirada, a Administração fará a exigência da Certidão Negativa ou Certificado de Regularidade cabível.

18.7 O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS ensejará o pagamento em juízo da totalidade dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis.

18.8 Os pagamentos, mediante a emissão de qualquer modalidade de Ordem Bancária, serão realizados desde que a Contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

18.9 A critério da Contratante, poderá ser utilizado o valor contratualmente devido para cobrir dívidas de responsabilidade da Contratada para com ela, relativas a multas que lhe tenham sido aplicadas em decorrência da irregular execução contratual.

18.10 Caso a empresa não esteja com sua situação regular junto ao SICAF, e não apresente os documentos que deram causa a essa situação, em plena validade, o pagamento será providenciado, sendo que a CEPLAC/SUERO notificará a empresa, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, providencie a regularização, ou, no mesmo prazo, apresente uma defesa, sob pena de rescisão de contrato. O prazo aqui previsto, poderá ser prorrogado a critério da administração.

18.11 Conforme disposto no § 6º do art. 36 da IN SLT/MPOG nº 2/08, a retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, ocorrerá quando o contratado:

18.11.1 não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou



18.11.2 deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

18.12 Não será considerado retenção de pagamento quando este deixar de ocorrer em razão da não apresentação de todos os documentos/comprovações relacionados neste item de pagamento, visto que o prazo para o pagamento somente começa a correr após a apresentação dos mesmos.

18.13 O descumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias ensejará o pagamento em julgo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis.

18.14 Os prazos previstos no subitem somente começam a correr após a apresentação da totalidade dos documentos/comprovações previstos no subitem 14.4.

18.15 Serão retidos na fonte o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), bem assim a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e a Contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos efetuados, utilizando-se as alíquotas previstas para o objeto deste Edital, conforme Instrução Normativa SRF nº 480/04, com as alterações introduzidas pela IN SRF nº 539/05, bem como Instrução Normativa MPS/SRP nº 03, de 14/07/05, ou outras que as vierem substituir, e Legislação Municipal aplicável quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

18.15.1 Não haverá a retenção prevista no item anterior na hipótese de a contratada ser optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), instituído pela Lei Complementar nº 123/06, ou se enquadre na previsão contida no § 4º do art. 16 da mesma Lei.

18.15.2 Havendo dúvida quanto à regularidade da opção pelo Simples feita pela microempresa ou empresa de pequeno porte, a Administração representará junto ao órgão competente solicitando manifestação quanto à ocorrência ou não de hipótese de vedação, nos termos do caput do art. 17 da Lei Complementar nº 123/06, para que, se for o caso, seja feita a exclusão e adotadas as medidas dela decorrentes.

18.16 Nos casos da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa anual de 5% (seis por cento) ao ano, calculados de forma não composta, "pro rata tempore-die", mediante aplicação da seguinte fórmula:

$EM = (0,06 \div 365) \times VP \times N$, onde:

EM = encargos moratórios;


VP = valor da parcela em atraso;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA GARANTIA DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

19.1 Em razão da Súmula nº 331, do Tribunal Superior do Trabalho, a empresa deverá assegurar o cumprimento das obrigações trabalhistas, de acordo com a Art. 19-A e Anexo VII, da IN nº. 02/2008.

19.2 A CEPLAC/SUERO somente utilizará integralmente os comandos do art. 19-A e anexo VII, ambos da IN 2/08 - especialmente no que se refere à conta vinculada específica para depósito das provisões e depósito direto em conta do FGTS - após a celebração de acordo de cooperação com instituição bancária oficial, recebimento de orientações pela SLTI/MPOG sobre os procedimentos operacionais a serem adotados, alocação de servidores para a nova atividade, treinamento dos mesmos e desenvolvimento de controles adequados. Porém, a licitante vencedora deverá assinar, previamente à celebração do contrato, todas as autorizações que



forem possíveis e exigidas neste edital para que, quando a Administração tiver condições de operacionalizar os comandos do art. 19-A e anexo VII, possa fazê-lo, ficando a contratada com o compromisso de permitir que a contratante execute todos os comandos do artigo e anexo referenciados, quando for possível, sob pena de rescisão contratual e aplicação de sanções.

19.3 As provisões realizadas pela contratante para o pagamento dos encargos trabalhistas, em relação à mão de obra da contratada, serão destacadas do valor mensal do contrato e depositados em conta vinculada em instituição bancária oficial, bloqueada para movimentação e aberta em nome da empresa.

19.4 A movimentação da conta vinculada ocorrerá mediante autorização da contratante, exclusivamente para o pagamento dessas obrigações.

19.5 O montante do depósito vinculado será igual ao somatório dos valores das seguintes provisões, dos empregados vinculados ao contrato:

19.5.1 13º salário;

19.5.2 Férias e abono (1/3) de férias;

19.5.3 Adicional do FGTS (40% + 10%) para as rescisões sem justa causa;

19.5.4 Impacto sobre férias e 13º salário (Grupo "A" sobre as férias e 13º salário);

19.5.5 Aviso-prévio trabalhado e aviso-prévio indenizado.

19.6 A contratante firmará acordo de cooperação com instituição bancária oficial, determinando os termos para a abertura da conta corrente vinculada.

19.7 A assinatura do contrato de prestação de serviços entre o contratante e a empresa vencedora do certame será precedida dos seguintes atos:

19.7.1 Solicitação da contratante, mediante ofício à instituição bancária oficial, de abertura de conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação, no nome da empresa; e

19.7.2 Assinatura, pela contratada, no ato da regularização da conta corrente vinculada, de termo específico da instituição financeira oficial que permita à contratante ter acesso aos saldos e extratos, e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização da Administração.

19.8 O saldo da conta vinculada será remunerado pelo índice da poupança ou outro definido no acordo de cooperação, desde que obtenha maior rentabilidade.

19.9 Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas mencionados, depositados em conta vinculada, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa.

19.10 O montante de que trata o aviso-prévio trabalhado, 23,33% (vinte e três virgula trinta e três por cento) da remuneração mensal, deverá ser integralmente depositado durante a primeira vigência do contrato, devendo ser renegociado para fins de prorrogação, em conformidade com o disposto no inciso XVII do art. 19 da IN SLTI/MPOG nº 2/08.

19.11 O percentual do aviso-prévio trabalhado ao término do contrato é de 23,33% (vinte e três virgula trinta e três por cento), obtido através do seguinte cálculo: 7/30 (sete trinta avos) da remuneração mensal x 100 (cem).

19.12 Deverá ser assinado pela contratada documento de autorização para a criação da conta vinculada nos termos do art. 19-A da IN SLTI/MPOG nº 2/08.

19.13 A contratada poderá solicitar a autorização da contratante para utilizar os valores da conta vinculada para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados ocorridas durante a vigência do contrato, nas seguintes condições:

19.13.1 Parcial e anualmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários, quando devidos;

19.13.2 Parcialmente, pelo valor correspondente às férias e ao 1/3 de férias, quando dos gozos de férias dos empregados vinculados ao contrato;

19.13.3 Parcialmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários proporcionais, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da



demissão de empregado vinculado ao contrato;

19.13.4 Ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias; e

19.13.5 O saldo restante, com a execução completa do contrato, após a comprovação, por parte da empresa, da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

19.14 Para a liberação dos recursos da conta vinculada, para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados ocorridas durante a vigência do contrato, a contratada deverá apresentar à contratante os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.

19.15 A contratante expedirá, após a confirmação da ocorrência da indenização trabalhista e a conferência dos cálculos, a autorização para a movimentação, encaminhando a referida autorização à instituição financeira oficial no prazo máximo de cinco dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios da empresa.

19.16 A autorização de que trata o subitem anterior deverá especificar que a movimentação será exclusiva para a transferência bancária para a conta corrente dos trabalhadores favorecidos.

19.17 A contratada deverá apresentar à contratante, no prazo máximo de três dias, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

19.18 O saldo remanescente da conta vinculada será liberado à contratada, no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

19.19 Os valores provisionados para atendimento do subitem 25.9 serão discriminados conforme tabela abaixo. Os percentuais apresentados são apenas referenciais e não são obrigatórios, podendo as licitantes apresentar percentuais distintos em suas planilhas de custo e formação de preços, sendo esses últimos os que serão utilizados para fins de retenção das provisões. Fica esclarecido que o pregoeiro poderá solicitar justificativas pela adoção de percentuais inferiores aos previstos. A sugestão é de que a Planilha de Custos da licitante vencedora utilize o percentual de 4,0% para o Adicional do FGTS.

RESERVA MENSAL PARA O PAGAMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS - PERCENTUAL INCIDENTE SOBRE A REMUNERAÇÃO, CONFORME QUADRO DO ANEXO VII DA IN SLTI N° 2/2008.

ITEM	RAT 1%	RAT 2%	RAT 3%
13º salário	8,33%	8,33%	8,33%
Férias e abono (1/3) de férias	12,10%	12,10%	12,10%
Adicional do FGTS (40%+10%) rescisões sem justa causa	5,00%	5,00%	5,00%
Subtotal	25,43%	25,43%	25,43%
Grupo A sobre férias e 13º salário *	7,39%	7,60%	7,82%
Total antes do aviso-prévio trabalhado	32,82%	33,03%	33,25%
Aviso-prévio trabalhado ** e aviso prévio indenizado	1,94%	1,94%	1,94%
Total	34,76%	34,97%	35,19%

* Considerando as alíquotas de contribuição 1%, 2% ou 3%, referentes ao grau de risco de acidente do trabalho, previsto no art. 22, inciso II, da Lei n° 8.212/91.

** Considera-se a divisão do percentual previsto no item 5 do anexo VII da IN SLTI/MPOG n° 2/08 pelo número de meses da primeira vigência do contrato: 23,33% dividido por 12 meses = 1,94%.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA VIGÊNCIA

20.1 A vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo, no interesse da administração, mediante Termo Aditivo, ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitada a sua duração a 60 (sessenta) meses, "ex-vi" do disposto no Inciso II, do Artigo 57, da Lei nº 8.666/93 – ouvidos previamente o Gestor /Fiscal do Contrato e

a Consultoria Jurídica da União, no Estado de Rondônia.

20.2 Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados como condição para a renovação; (Incluído pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS

21.1 A repactuação de preços, como espécie de reajuste contratual deverá ser utilizada nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano das datas dos orçamentos aos quais a proposta se referir, conforme estabelece o art. 5º do decreto nº 2.271, de 1997. (redação dada pela IN nº 3, de 16/10/2009).

21.1.1 O interregno mínimo de 01 (um) ano, para a primeira repactuação será contado a partir:

21.1.2 Da data do Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando o a variação dos custos for decorrente da mão-de-obra e estiver às datas bases destes instrumentos (redação dada pela IN nº 3, de 16/10/2009).

21.2 Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir do fato gerador que seu ensejo à última repactuação (redação dada pela IN nº 3, de 16/10/2009).

21.3 As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de planilha de custos e formação de preços ou do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação, conforme for a de custos objeto da repactuação (redação dada pela IN nº 3, de 16/10/2009).

21.4 É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

21.5 Caberá a CONTRATADA efetuar os cálculos relativos ao reajuste e submetê-los à aprovação do CONTRATANTE.

21.6 Os custos apresentados em planilha, por ocasião de abertura de licitação, serão referencia para análise da repactuação.

21.7 Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-base diferenciadas, a data inicial para a contagem da anualidade será a data-base da categoria profissional que represente a maior parcela do custo de mão-de-obra da contratação pretendida.

21.8 Quando da solicitação da repactuação para fazer jus a variação de custos decorrente do mercado, esta somente será concedida mediante a comprovação pelo contratado do aumento dos custos considerando-se:

- I - os preços praticados no mercado e em outros contratos da Administração;
- II - as particularidades do contrato em vigência;
- III - o novo acordo ou convenção coletiva das categorias profissionais;
- IV - a nova planilha com a variação dos custos apresentada;
- VI - a disponibilidade orçamentária do órgão.

21.9 A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

21.10 O prazo referido no item 17.9 ficará suspenso enquanto a contratada não cumprir os atos o



apresentar a documentação solicitada pela contratante para a comprovação da variação dos custos.

21.11 Caso o pedido não seja apresentado tempestivamente anteriormente mencionados, e, por via de consequência, o contrato vier a ser prorrogado, ocorrerá a preclusão do seu direito a repactuar

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

22.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, devendo ser exercido por um representante da Administração, especialmente designado na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93, do art. 6º do Decreto nº 2.271/97 e do art. 31 da IN MPOG/SLTI nº 02/2008, com nova redação dada pela IN MPOG/SLTI nº 03 de 15 de outubro de 2009.

22.2 A fiscalização será exercida no interesse da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

22.3 A fiscalização dos serviços seguirá o disposto no Anexo IV da IN MPOG/SLTI nº 02/2008, com nova redação dada pela IN MPOG/SLTI nº 03 de 15 de outubro de 2009.

22.3.1 Quaisquer exigências da fiscalização do contrato inerentes ao objeto deverão ser prontamente atendidas pelo Contratado.

22.3.2 Em caso de não conformidade do serviço prestado com as exigências administrativas, o Contratado será notificado, por escrito, sobre as irregularidades apontadas, para as providências do art. 69 da Lei nº 8.666/93, no que couber.

22.4 O Contratante se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte o objeto do contrato entregue, se em desacordo com a especificação deste Edital e da proposta de preços do Contratado.

22.5 Será considerada completa a execução do contrato quando o contratado comprovar o pagamento de todas as obrigações trabalhistas referente à mão de obra utilizada.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO AUMENTO OU DA SUPRESSÃO DO VALOR DOS SERVIÇOS

23.1 Por interesse do CONTRATANTE, o valor inicial ou atualizado do Contrato poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco) por cento, conforme disposto no artigo 65, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA- DAS PENALIDADES

24.1 Fundamentado nos artigos 86 e 87 da Lei nº. 8.666/93, a Contratada ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades, cumulativamente ou não:

I) Advertência;

II) Multas:

a) Multa de mora de 5% (cinco por cento) por dia de atraso na execução, sobre o valor total da parcela inadimplida, por ocorrência, aplicada em dobro na sua reincidência, por razões não aceitas pelo CONTRATANTE como suficientes para justificar o retardamento, caracterizando inexecução parcial;



b) Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor anual do contrato, no caso de rescisão unilateral da Administração, motivada por culpa do CONTRATADO; e

III) Multas sobre o valor mensal do Contrato:

a) Multa compensatória de 0,20 % por dia de atraso, limitado a 4% mensal, pela não apresentação dos documentos solicitados, relacionados na Cláusula Décima Primeira, subitem 11.1.1, inciso I, que trata da entrega de documentos no início da prestação dos serviços, aplicada por ocorrência;

b) Multa compensatória de 0,30 % por dia de atraso, limitado a 5% mensal, pela falha na execução dos serviços ou nas orientações relacionadas na Cláusula Décima Primeira, subitem 11.2, que trata da execução dos serviços e orientações, por ocorrência;

c) Multa compensatória de 0,40 % por dia de atraso, limitado a 6% mensal, pelo descumprimento das responsabilidades fiscais relacionadas na Cláusula Décima Primeira, subitem 11.2.2, que trata das responsabilidades fiscais, por ocorrência;

IV) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CEPLAC/SUERO, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

V) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na condição anterior.

VI) No caso de atraso no cumprimento do prazo de assinatura do contrato, será aplicada multa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor anual adjudicado.

VII) Além das multas elencadas nos itens acima, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº. 8.666/1993, no artigo 7º da Lei 10.520/2002 e no artigo 28 do Decreto nº. 5.450/2005, serão aplicadas multas, conforme as infrações cometidas e o grau respectivo, indicados nas tabelas 1 e 2 a seguir:

Tabela 1

Grau	Correspondência
1	2,00 % do valor mensal do contrato
2	3,00 % do valor mensal do contrato
3	4,00 % do valor mensal do contrato
4	5,00 % do valor mensal do contrato
5	10,00 % do valor mensal do contrato

Tabela 2

Item	Descrição	Grau	Incidência
1	Deixar de fornecer uniforme aos empregados.	1	Por posto e ocorrência

[Handwritten signatures and initials]

2	Deixar de substituir empregado que se apresentar sem uniforme ou desatento às normas de higiene pessoal.	2	Por posto e ocorrência
3	Deixar de apresentar registro de frequência de seus empregados, quando solicitado.	2	Por ocorrência
4	Deixar de cumprir a orientação do Gestor quanto à execução dos serviços.	2	Por ocorrência
5	Deixar de fornecer a relação nominal dos empregados em serviço no prédio.	1	Por ocorrência
6	Deixar de observar as determinações da CEPLAC/SUERO quanto a permanência e circulação de seus empregados no prédio.	1	Por posto e ocorrência
7	Deixar de comunicar, por escrito, a CEPLAC/SUERO, imediatamente após o fato, qualquer anormalidade ocorrida nos postos de serviços.	3	Por posto e ocorrência
8	Deixar de cumprir as exigências relativas à higiene e segurança do trabalho.	4	Por posto e ocorrência
9	Deixar de manter, em serviço, número de empregados efetivamente contratados.	5	Por posto e ocorrência
10	Deixar de custear integralmente os uniformes dos seus empregados, descontando indevidamente dos seus respectivos salários.	4	Por posto e ocorrência
11	Deixar de realizar os serviços.	5	Por posto e ocorrência
12	Deixar de pagar em dia os salários ou acréscimos salariais decorrentes de lei, contrato ou dissídio.	5	Por posto e ocorrência
13	Deixar de fornecer auxílio transporte ou auxílio alimentação em dia a seus empregados.	5	Por posto e ocorrência
14	Deixar de cumprir qualquer item previsto no presente contrato que não tenha sido listado nesta tabela.	1	Por ocorrência
15	Deixar de cumprir qualquer item previsto no presente contrato que não tenha sido listado nesta tabela, após reincidência formalmente notificada pelo Gestor do contrato.	2	Por ocorrência
16	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados.	2	Por posto e ocorrência

24.2 Se o valor das multas estipuladas nesta Cláusula não for depositado, mediante GRU – Guia de Recolhimento da União, será automaticamente descontado da garantia oferecida pela CONTRATADA. Caso o valor da garantia seja insuficiente, além da perda desta, a diferença será descontada das parcelas subsequentes de preço a que a CONTRATADA vier a fazer jus. Caso os créditos da CONTRATADA sejam insuficientes, a multa será cobrada judicialmente, observadas, neste caso, a conveniência, razoabilidade e economicidade para a Administração.

24.3 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e sua aplicação deverá ser precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa para o adjudicatário, na forma da lei.

24.4 Após a aplicação de qualquer penalidade prevista nesta Cláusula, realizar-se-á comunicação escrita à empresa e publicação no Órgão de Imprensa Oficial (excluídas as penalidades de advertência e multa de mora, quanto à publicação).

24.5 Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação nos casos e

condições especificados no § 1º do art. 57 da Lei 8.666/93, e a solicitação dilatória deverá ser recebida contemporaneamente ao fato que a ensejar, considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

24.6 A solicitação de prorrogação formal, fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, deverá ser encaminhada com antecedência mínima de um dia do vencimento do prazo.

24.7 DA DEFESA PRÉVIA

24.7.1 Da aplicação das penas definidas neste Capítulo, caberá a defesa prévia no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação da intenção de punir.

24.8 DOS RECURSOS

24.8.1 Das penalidades referidas nesta Cláusula, exceto para aquela definida no subitem 24.1, inciso V, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação do ato.

24.8.2 O recurso será dirigido ao Sr. Superintendente da CEPLAC/SUERO, que o decidirá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, observado o § 4º do artigo 109 da Lei 8.666/93.

24.9 DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

24.9.1 o caso de Declaração de Inidoneidade, prevista no subitem 20.1, inciso V desta Cláusula, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data da intimação do ato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DA GARANTIA

25.1 Como garantia integral de todas as obrigações assumidas, inclusive indenizações a terceiros e multas que venham a ser aplicadas, conforme o disposto no art. 56, da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA, na assinatura do Instrumento Contratual, prestará a garantia no valor correspondente a 5% (cinco) por cento do valor total do Contrato, sendo liberada após o término da vigência do mesmo.

25.1.1 A garantia estipulada no item anterior poderá ser efetuada por qualquer uma das seguintes modalidades:

I - Caução em dinheiro ou Títulos da Dívida Pública devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

II - Seguro-garantia;

III - Fiança bancária.

25.2 Em se tratando de garantia prestada através de caução em dinheiro, esta garantia deverá ser recolhida junto à Caixa Econômica Federal, em conta específica, sendo que esta será devolvida atualizada monetariamente, nos termos do §4º, do art. 56, da Lei nº 8.666/93.

25.3 Quando a garantia for prestada sob a forma de Fiança Bancária, a Carta Fiança deverá ter validade mínima igual ao prazo inicial do Contrato, com expressa renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil Brasileiro.

25.4 Se a garantia for utilizada em pagamento de qualquer obrigação, a licitante obriga-se a fazer a respectiva reposição, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da data em que for notificada pela CEPLAC/SUERO.



25.5 A Contratada deverá complementar proporcionalmente o valor da garantia, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, quando da ocorrência da repactuação de preços.

25.6 A garantia prestada pela Contratada será liberada ou restituída após o término do Contrato, caso não haja pendências, observado o disposto no art. 56, § 4º, da Lei nº 8.666/93, se for o caso.

25.7 Exigência de garantia, com validade de 3 (três) meses após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação efetivada no contrato, nos moldes do Art 56 da Lei nº 8.666, de 1993, para os serviços continuados com uso intensivo de mão de obra com dedicação exclusiva, com a previsão expressa de que a garantia somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que caso esse pagamento não ocorra até o fim de segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Administração, conforme estabelecido no art 19-A, inciso IV IN nº 03, SLT/MP/OG de 15 de outubro de 2009.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

26.1 Havendo necessidade de alteração contratual, aplique-se subsidiariamente, no que couber, o artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO POR INEXECUÇÃO DO CONTRATO

27.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

27.2 Os procedimentos de rescisão contratual, tanto os amigáveis como os determinados por ato unilateral da Contratante, serão formalmente motivados, assegurado, ao Contratado, na segunda hipótese, direito ao contraditório e à ampla defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento da comunicação formal. Caso sua defesa não seja acolhida, faculta-se a interposição de recurso hierárquico, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da intimação da decisão rescisória.

Quanto à sua forma a rescisão poderá ser:

I. Por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93,

II. Amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração.

III. Judicial, nos termos da legislação.

27.3 O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado deverá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções, sendo vedada a retenção de pagamento se o contratado não incorrer em qualquer inexecução do serviço ou não o tiver prestado a contento.

27.4 A Administração poderá conceder um prazo para que a contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação.

27.5 Quando da rescisão contratual, em razão da dedicação exclusiva dos trabalhadores do Contratado, a fiscalização do contrato verificará o pagamento, pelo Contratado, das verbas rescisórias ou a comprovação de que os empregados serão realocados em outros postos de trabalho, sem que ocorra interrupção do contrato de trabalho.

27.6 Até que a contratada comprove o disposto no item 23.5, a contratante deverá reter a garantia prestada, podendo ainda utilizá-la para o pagamento direto aos trabalhadores no caso da

empresa não efetuar os pagamentos em até 2 (dois) meses do encerramento da vigência contratual.
27.7

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DOS CASOS OMISSOS

28.1 A execução deste contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei nº 8.666/93 combinado com o inciso XII do artigo 55 do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DA PUBLICAÇÃO

29.1 CONTRATANTE providenciará a publicação no Diário Oficial da União do extrato deste Contrato no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DO FORO

30.1 Para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, é competente o Foro da Justiça Federal, na Seção Judiciária de Porto Velho/RO.

30.2 Para firmeza e como prova de haverem entre si, justos e avençados, é lavrado o presente contrato, em 03 (três) vias de igual teor e valla, assinadas pelas partes e 02 (duas) testemunhas.

Porto Velho (RO), 18 de janeiro de 2012.


FRANCISCO DA CHAGAS R. SOBRINHO

Pelo CONTRATANTE


WELITA ALINE PEREIRA DE OLIVEIRA

Pela CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME:
CPF :

NOME:
CPF :